



SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE DE JOINVILLE E REGIÃO

Filiado a UGT (União Geral dos Trabalhadores) e ao DIEESE (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos)

Fundado em 10 de Agosto de 1.977 - Reconhecido pelo Ministério do Trabalho e Emprego em 09 de Novembro de 1.978

JURISDIÇÃO: Joinville, Jaraguá do Sul, São Francisco do Sul, Araquari, Balneário Barra do Sul, Corupá, Garuva, Guarumirim, Itapó, Massaranduba e Schreiner.

SEDE: Rua Chuí, 30 - centro - Fone/Fax (47) 3433-0388 / 3028-0388/9964-3888 - E-mail: sindsaudejoi@terra.com.br - Site: www.sindicatosaudedejoinville.org.br

Inscrito no CNPJ sob o nº 83.628.628/0001-63 - Caixa Postal 897 - CEP 89201-240 - Joinville - SC

SUBSEDE: R. João Marcatto, 13 - Sl. 103 - 1º and. - centro - CEP 89.251-670 - Jaraguá do Sul - Fone/Fax: (47) 3371-0119 e 9186-7506 - E-mail: sindsaudejaragua@terra.com.br



CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO - NOV.2017 a OUT.2018 - SINDICATO / LABORATÓRIOS -

Pelo presente instrumento, de um lado o **SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE DE JOINVILLE E REGIÃO**, Entidade Sindical de 1º grau, representativa da Categoria Profissional da Base Territorial constante do timbre acima, com Sede à Rua Chuí, 30 - centro de Joinville, inscrita no C.N.P.J sob o número 83.628.628/0001-63, com Registro Sindical junto ao M.Tb.E número 327-452/1977, alterado para o número 317.391/1980 em 28/08/1981, neste ato representada por seu **Presidente, Senhor Lorival Pisetta**, inscrito no C.P.F. sob o número 153.783.579-34, abaixo assinado, como devidamente autorizado pelas Assembléias Gerais da Categoria, levadas a efeito em datas de 27, 28 e 29 de setembro de 2.017 e, de outro lado o **SINDILAB - SINDICATO DOS LABORATÓRIOS DE ANÁLISES CLÍNICAS, PATOLOGIA CLÍNICA E ANATOMO-CITOPATOLOGIA NO ESTADO DE SANTA CATARINA**, Entidade Sindical de 1º Grau representativa da Categoria Econômica, inscrita no C.N.P.J. sob o número 02.622.858/0001-13, com Sede à Rua Jerônimo Coelho, 389 - 3º andar - s/33 - centro de Florianópolis-SC, com Registro Sindical junto ao Ministério do Trabalho e Emprego número 760.00.005.596-98, neste ato representada por sua **Presidente, Doutor Eduardo Comeli Goulart**, inscrita no C.P.F. sob o nº 889.177.629-72, abaixo assinado, como devidamente autorizado pela Assembléia Geral da Categoria, levada a efeito em data de **21/11/2017**, com fundamento no Artigo 7º, inciso XXVI da Constituição Federativa do Brasil e artigo 611 e seguintes da Consolidação das Leis do Trabalho, celebram a presente **CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO**, nos termos das cláusulas abaixo:

CLÁUSULA 01 - DA VIGÊNCIA

O presente termo terá vigência de **12 meses**, contados à partir de **01/11/2.017**, com término em **31/10/2.018**.

CLÁUSULA 02 - DA ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá todas as Empregadoras e empregados das Categorias Econômica e Profissional representadas pelos Sindicatos Convenientes, de acordo com a Base Territorial do Sindicato Laboral.

CLÁUSULA 03 - DOS SALÁRIOS

Os salários dos integrantes da categoria profissional, vigente em **31/10/2017**, serão **reajustados** com o percentual mínimo de **2%**, a partir de **01/11/2017**.

Parágrafo Primeiro: Fica estabelecido o salário normativo da categoria profissional, no importe correspondente a **R\$ 1.360,00/mês**, a partir de **01/11/2.017**, devido após o período de experiência de 90 dias, do parágrafo único do artigo 445 da CLT.

Parágrafo Segundo: As **substituições** de empregados por período igual ou superior a 30 dias implicarão no pagamento de **salário igual** ao do substituído, em favor do empregado substituto, enquanto perdurar a substituição.

Parágrafo Terceiro: Não poderá o **empregado mais novo** na Empregadora perceber **salário inferior** ao do mais antigo, na mesma função, não considerando as vantagens pessoais.

Parágrafo Quarto: As Empregadoras fornecerão **comprovante de pagamento** da remuneração mensal, aos seus empregados, com a identificação da Empregadora, neles discriminando o salário e demais títulos, contribuição do FGTS, bem como, descontos efetuados e a que títulos.

Parágrafo Quinto: Em caso de **mora salarial** atribuível a Empregadora, haverá multa de **0,03%**, sobre o débito, por dia de atraso, após decorrido o prazo para pagamento dos salários fixado na Legislação vigente, até o limite máximo de



SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE DE JOINVILLE E REGIÃO
Filiado a UGT (União Geral dos Trabalhadores) e ao DIEESE (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos)
Fundado em 10 de Agosto de 1.977 - Reconhecido pelo Ministério do Trabalho e Emprego em 09 de Novembro de 1.978
JURISDIÇÃO: Joinville, Jaraguá do Sul, São Francisco do Sul, Araquari, Balneário Barra do Sul, Corupá, Garuva, Guaramirim, Itapó, Massaranduba e Schroeder.
SEDE: Rua Chuí, 30 - centro - Fone/Fax (47) 3433-0388 / 3028-0388/9964-3888- E-mail: sindsaudejoi@terra.com.br - Site: www.sindicatosaudejoi.org.br
Inscrito no CNPJ sob o nº 83.628.628/0001-63 - Caixa Postal 897 - CEP 89201-240 - Joinville - SC
SUBSEDE: R. João Marcatto, 13 - SL. 103 - 1º and. - centro - CEP 89.251-670 - Jaraguá do Sul - Fone/Fax: (47) 3371-0119 e 9186-7506 - E-mail: sindsaudejaragua@terra.com.br



15% em favor do prejudicado, independentemente da penalidade prevista na Cláusula 22ª na presente Convenção.

Parágrafo Sexto: Fica facultada a redução da jornada de trabalho do empregado com proporcional **redução salarial**, desde que tal fato seja de comum acordo entre empregado e Empregador, pactuado por escrito, com a assistência do Sindicato Profissional.

Parágrafo Sétimo: Fica facultado as Empregadoras a possibilidade de pagamento do **13º salário**, em uma única parcela, desde que a efetivação do pagamento ocorra até o dia 10 do mês de dezembro.

CLÁUSULA 04 - DA GRATIFICAÇÃO DE ASSIDUIDADE

Fica assegurada uma Gratificação de **06 dias** de Férias, além das normais, desde que o Empregado não tenha nenhuma falta justificada ou não, durante o período aquisitivo, a ser concedida, ou indenizada, se for o caso, por ocasião da concessão ou indenização das férias.

Parágrafo Primeiro - Para o efeito da gratificação do *caput* da presente Cláusula, não serão consideradas faltas ao trabalho, as ocorridas pelos motivos previstos no Artigo 473 da C.L.T. e Cláusulas 15ª e 21ª desta C.C.T.

Parágrafo Segundo - Não incidirá sobre a Gratificação de **06 dias**, o percentual constitucional relativo ao Prêmio de Férias.

CLÁUSULA 05 - DO TRIÊNIO

Para cada grupo de **03 anos** consecutivos de serviços prestados a mesma Empregadora, o empregado fará jus, mensalmente, ao adicional de tempo serviço, sob o título de triênio, correspondente a **3%** da sua **remuneração** mensal, limitado ao número de 3 triênios.

CLÁUSULA 06 - DO ADICIONAL NOTURNO

O empregado que trabalhar em regime de compensação e que em tal regime, sua jornada de trabalho atinja integralmente o horário noturno, terá o adicional de **20%**, calculado sobre o **salário contratual** estendido a todo o período em que perdurar a sua jornada, independentemente do horário de início e término desta.

CLÁUSULA 07 - DA ALIMENTAÇÃO DOS PLANTONISTAS E REFEIÇÕES OUTRAS

As Empregadoras fornecerão alimentação apropriada e **gratuitamente** a seus empregados plantonistas, exercentes da jornada laboral diária de 12 horas.

Parágrafo Primeiro: As refeições, quando fornecidas pela Empregadora, a seus empregados, serão de boa qualidade, quentes e deverão conter as calorias necessárias para apropriada alimentação do trabalhador.

Para efeito da Lei 3030/56, serão observados os seguintes critérios:

- a) Primeira refeição, café 3,1% sobre SM
- b) Segunda refeição, almoço 9,4% sobre SM
- c) Terceira refeição, lanche 3,1% sobre SM
- d) Quarta refeição, janta 9,4% sobre SM

Parágrafo Segundo: O Benefício previsto no parágrafo primeiro da presente cláusula, terá **caráter indenizatório**, não integrando o salário dos empregados para nenhum efeito legal, quer em relação as Empregadoras inscritas no PAT - Programa de Alimentação do Trabalhador - instituído pela lei nº. 6.321/76, quer em relação as Empregadoras não inscritas nesse programa.



SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE DE JOINVILLE E REGIÃO

Filiado a UGT (União Geral dos Trabalhadores) e ao DIEESE (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos)

Fundado em 10 de Agosto de 1.977 - Reconhecido pelo Ministério do Trabalho e Emprego em 09 de Novembro de 1.978

JURISDIÇÃO: Joinville, Jaraguá do Sul, São Francisco do Sul, Araquari, Balneário Barra do Sul, Corupá, Garuva, Guaramirim, Itapóá, Massaranduba e Schroeder

SEDE: Rua Chuí, 30 - centro - Fone/Fax (47) 3433-0388 / 3028-0388/9964-3888- E-mail: sindsaudejoi@terra.com.br - Site: www.sindicatosaudejoi.org.br

Inscrito no CNPJ sob o nº 83.628.628/0001-63 - Caixa Postal 897 - CEP 89201-240 - Joinville - SC

SUBSEDE: R. João Marcatto, 13 - SL. 103 - 1º and. - centro - CEP 89.251-670 - Jaraguá do Sul - Fone/Fax: (47) 3371-0119 e 9186-7506 - E-mail: sindsaudejaragua@terra.com.br



CLÁUSULA 08 - DA ASSISTÊNCIA LABORATORIAL

A Empregadora dará aos seus empregados e dependentes assistência gratuita nos limites da sua especialidade, obedecidas as determinações do SUS e complementando as mesmas em caso de necessidade.

CLÁUSULA 09 - DO AUXÍLIO CRECHE

As Empregadoras que empregam mais de 30 mulheres com mais de 16 anos de idade, ficam obrigadas a manter creches próprias ou em convênio, onde seja permitida as empregadas manterem em vigilância ou assistência a seus filhos, sempre de acordo com legislação em vigor.

CLÁUSULA 10 - DA DISPENSA POR JUSTA CAUSA

O empregado dispensado por justa causa, deverá ser avisado por escrito e contra recibo no ato, ou em caso de recusa por parte do empregado, com assinatura de duas testemunhas, constando no documento a infringência do dispositivo, no qual incidu.

CLÁUSULA 11 - DO AVISO PRÉVIO PROPORCIONAL E DISPENSA DO CUMPRIMENTO

O Aviso Prévio, para fins de rescisão do contrato de trabalho, concedido ou indenizado pelas Empregadoras, será na proporção mínima de 30 dias para os Empregados que contem até 1 ano de serviço prestado à mesma Empregadora, acrescido, dito aviso, de 3 dias para cada ano de serviço para os Empregados que contem mais de 1 ano de serviço, até o limite máximo de 90 dias, adotado sempre o período mínimo de 60 dias para os admitidos até 31/10/2010 e que contem mais de 5 anos consecutivos de serviços prestados à mesma Empregadora ou mais de 45 anos de idade.

Parágrafo Único: O empregado pré-avisado pela Empregadora, será dispensado do cumprimento do restante do prazo do respectivo aviso prévio, desde que comprove a obtenção de novo emprego, cessando, conseqüentemente, o pagamento dos salários, pelo Empregador, no último dia trabalhado.

CLÁUSULA 12 - DA SUSPENSÃO DO CONTRATO DE EXPERIÊNCIA

O auxílio doença, comuns ou acidentários, suspendem o contrato de experiência, reiniciando a contagem do tempo nele previsto, no dia seguinte ao da data da cessação do benefício previdenciário.

CLÁUSULA 13 - DA GARANTIA DE EMPREGO - PRÉ-APOSENTADORIA - GESTANTE E CIPEIRO

É vedada a dispensa sem justa causa de empregado com 10 anos ou mais de serviço consecutivo na mesma Empregadora, que estiver a menos de 2 anos para completar o tempo de Aposentadoria Integral (ou seja, não proporcional) e/ou por idade fixados pela Previdência Social, ficando estabelecido que o disposto nesta Cláusula não se aplica no caso do empregado não exercer o direito à Aposentadoria na época respectiva.

Parágrafo Primeiro - O documento comprobatório para fins do direito previsto no caput da presente Cláusula será aquele fornecido pelo Instituto Nacional da Seguridade Social (I.N.S.S.), devendo, tal comprovação ser apresentada, sob protocolo, à Empregadora no prazo máximo de 60 dias, contados da data do desligamento.

Parágrafo Segundo: Fica vedada a dispensa arbitrária ou sem justa causa, da empregada gestante, desde a confirmação da gravidez, até o quinto mês após o parto; do empregado acidentado, pelo período de 12 meses, contados após a cessação do Auxílio Previdenciário, concedido pelo I.N.S.S. e do cipeiro pelo período contado a partir do registro de sua candidatura até um ano após o final de seu mandato.

Parágrafo Terceiro: Não se aplica o disposto nesta Cláusula e nos seus parágrafos, em casos de acordo para fins de rescisão contratual, entre as partes, homologado pelo Sindicato Profissional.



SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE DE JOINVILLE E REGIÃO

Filiado a UGT (União Geral dos Trabalhadores) e ao DIEESE (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos)

Fundado em 10 de Agosto de 1.977 - Reconhecido pelo Ministério do Trabalho e Emprego em 09 de Novembro de 1.978

JURISDIÇÃO: Joinville, Jaraguá do Sul, São Francisco do Sul, Araquari, Balneário Barra do Sul, Corupá, Garuva, Guaramirim, Itapoá, Massaranduba e Schroeder.

SEDE: Rua Chul, 30 - centro - Fone/Fax (47) 3433-0388 / 3028-0388/9964-3888 - E-mail: sindsaudejoi@terra.com.br - Site: www.sindicatosaudejoi.org.br

Inscrito no CNPJ sob o nº 83.628.628/0001-63 - Caixa Postal 897 - CEP 89201-240 - Joinville - SC

SUBSEDE: R. João Marcatto, 13 - Sl. 103 - 1º and. - centro - CEP 89.251-670 - Jaraguá do Sul - Fone/Fax: (47) 3371-0119 e 9186-7506 - E-mail: sindsaudejaragua@terra.com.br



CLÁUSULA 14 - DAS HORAS EXTRAS

As horas extraordinárias, inclusive as laboradas além das jornadas de trabalho previstas na cláusula 16ª desta C.C.T., e desde que prestadas em **número superior a 50 horas por mês**, serão remuneradas com acréscimo de **80%** e as prestadas até este limite serão remuneradas na forma da Legislação em vigor.

CLÁUSULA 15 - DAS FALTAS AO TRABALHO - JUSTIFICADAS E DOS ATESTADOS MÉDICOS

O empregado poderá faltar ao serviço, sem prejuízo salarial:

- 04 dias** consecutivos, contados a partir do dia do fato, desde que abrangido integralmente pela falta, em caso de **falecimento** de cônjuge, pai, mãe ou filhos;
- 02 dias** consecutivos, em caso de **falecimento de Sogro ou Sogra**, devidamente comprovado nos Termos da Lei Civil, ascendente, descendente, irmão ou pessoa que, declarada em sua Carteira de Trabalho e Previdência Social, viva sob sua dependência econômica;
- 03 dias** consecutivos, em virtude de **Casamento**;
- 01 dia**, em cada doze meses de trabalho, em caso de **Doação** voluntária de **Sangue** devidamente comprovada;
- 02 dias** consecutivos ou não, para o fim de se **alistar eleitor** nos Termos da Lei respectiva;
- no período de tempo que tiver de cumprir as exigências do **Serviço Militar**;
- nos dias em que estiver comprovadamente realizando provas através do ENEM (Exame Nacional de Ensino Médio), ou **Vestibular** para ingresso em Estabelecimento de Ensino Superior;
- pelo tempo que se fizer necessário, quando tiver que **comparecer a Juízo**.

Parágrafo Único: As Empregadoras que dispõe de serviço médico próprio ou em convênio tem a seu cargo o abono das faltas ao trabalho justificadas através de atestados médicos. Nos demais casos, isto é, para as Empregadoras que não mantêm o serviço supra mencionado, prevalecerão os atestados fornecidos por médicos do SUS (Sistema Único de Saúde) ou da Entidade Sindical Profissional.

CLÁUSULA 16 - DA JORNADA DE TRABALHO EM REGIME ESPECIAL

Fica estabelecida a Jornada Especial de prorrogação e compensação de horas de trabalho, para os turnos **diurnos** ou **noturnos**, nos seguintes regimes:

- 12 horas de trabalho seguidas por 36 de descanso;
- 04 dias de 06:00 horas e 2 dias de 10:00 horas;
- 05 dias de 06:00 horas e 1 dia de 12:00 horas;
- 05 dias de 07:00 horas e 1 dia de 09:00 horas;
- 04 dias de 09:00 horas e 1 dia de 08:00 horas;
- 05 dias de 08:45 horas de trabalho;
- Os **demais regimes** de interesse mútuo firmados entre as Empregadoras e Empregados, deverão ser homologados pelo Sindicato Profissional, inclusive para fins de **"Banco de Horas"** conforme previsto no parágrafo 2º do artigo 59 da CLT e **redução do intervalo intrajornada** para repouso e alimentação de que trata o artigo 71 da C.L.T., conforme previsto na portaria 42, de 28/03/2007, do Ministério do Trabalho e Emprego.

Parágrafo primeiro - Fica facultado aos Empregados, efetuarem entre si, a troca de horário de trabalho, inclusive de plantões, para qualquer data, dentro do período de até **90 dias** de forma não contínua ou contínua, esta de no máximo sete Jornadas Diárias, desde que exercentes da mesma função ou similar, e previamente autorizada pela Empregadora.

Parágrafo segundo - As Empregadoras poderão adotar sistema eletrônico alternativo de Controle da Jornada de Trabalho, desde que sejam observadas as condições estabelecidas na Portaria nº. 373/2011, do Ministério do Trabalho e Emprego, ficando recomendado as mesmas a realização de estudo para fins de celebração de Acordo Coletivo de Trabalho com o Sindicato Profissional ora conveniente, objetivando a implantação do **sistema alternativo simplificado** do



SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE DE JOINVILLE E REGIÃO

Filiado a UGT (União Geral dos Trabalhadores) e ao DIEESE (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos)

Fundado em 10 de Agosto de 1.977 - Reconhecido pelo Ministério do Trabalho e Emprego em 09 de Novembro de 1.978

JURISDIÇÃO: Joinville, Jaraguá do Sul, São Francisco do Sul, Araquari, Balneário Barra do Sul, Corupá, Garuva, Guaramirim, Itapoá, Massaranduba e Schroeder.

SEDE: Rua Chul, 30 - centro - Fone/Fax (47) 3433-0388 / 3028-0388/9964-3888 - E-mail: sindsaudejoi@terra.com.br - Site: www.sindicatosaudejoi.org.br

Inscrito no CNPJ sob o nº 83.628.628/0001-63 - Caixa Postal 897 - CEP 89201-240 - Joinville - SC

SUBSEDE: R. João Marcatto, 13 - Sl. 103 - 1º and. - centro - CEP 89.251-670 - Jaraguá do Sul - Fone/Fax: (47) 3371-0119 e 9186-7506 - E-mail: sindsaudejaragua@terra.com.br

Controle da Jornada de Trabalho, com a dispensa do registro da Jornada contratual, conforme previsto na mencionada Portaria.

CLÁUSULA 17 - DAS FÉRIAS - PEDIDO DE DEMISSÃO

Em caso de pedido de demissão, e após **90 dias** da sua admissão na Empregadora, fará jus o empregado a férias proporcionais, a razão de 1/12 avos por mês, ou fração superior a **14 dias**.

CLÁUSULA 18 - DOS UNIFORMES EPI'S E INSTRUMENTO DE TRABALHO

A vestimenta uniforme e os equipamentos de proteção quando exigidos por lei e/ou pela Empregadora, deverão ser por esta última fornecidos **gratuitamente** e já confeccionados.

Parágrafo único - O uso, conservação e reposição dos mesmos será regulamentado pela Empregadora.

As Empregadoras fornecerão **gratuitamente** a seus empregados o respectivo material necessário para o bom desempenho de suas funções bem como a sua reposição, salvo na ocorrência de dolo/culpa ou quando não houver a devida apresentação do equipamento danificado ou quebrado, quando caberá a reposição ao empregado.

CLÁUSULA 19 - DA CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA - PATRONAL

As empresas abrangidas pela presente Convenção Coletiva de Trabalho, ficam obrigadas a recolher, em 04 parcelas iguais, respectivamente, 10/março/2018, 10/maio/2018 e 10/julho/2018 e 10/setembro/2018 sob pena de pagamento de multa de 2%, juros de mora de 1% ao mês e cobrança judicial, conforme deliberação da Assembleia Geral, os valores abaixo discriminados, a título de Contribuição Confederativa Patronal, através da quitação de bloqueto bancário, que será emitido pelo SINDILAB-SC.

Enquadramento da Empresa

	Valor das parcelas
De 0 Funcionários	04 parcelas de R\$ 47,43
De 1 a 05 funcionários	04 parcelas de R\$ 94,73
De 06 a 10 funcionários	04 parcelas de R\$ 189,46
De 11 a 30 funcionários	04 parcelas de R\$ 284,05
De 31 a 50 funcionários	04 parcelas de R\$ 378,79
De 51 a 100 funcionários	04 parcelas de R\$ 568,11
Acima de 101 funcionários	04 parcelas de R\$ 946,92

Após o recolhimento do mês de março, cada Laboratório deverá enviar ao SINDILAB-SC uma cópia da FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, para que sejam feitos os devidos registros de enquadramento de cada entidade.

CLÁUSULA 20 - DA HOMOLOGAÇÃO DAS RESCISÕES DE CONTRATO DE TRABALHO

As rescisões de contrato de trabalho, dos empregados com mais de **06 meses** de serviços prestados na mesma Empregadora, deverão ser assistidas e homologadas pelo Sindicato Profissional.

Parágrafo único - As Empregadoras sediadas fora do município sede do Sindicato Profissional (Joinville), e Sub-Sede (Jaraguá do Sul), estão dispensadas do cumprimento desta Cláusula, salvo se o referido sindicato mantiver tal serviço, através de seus Dirigentes, no Município.

CLÁUSULA 21 - DO SINDICATO

Serão **liberados** pela Empregadora os **Diretores da Entidade Sindical Profissional**, sem prejuízo da remuneração até **20 dias** por ano, sendo no máximo **5 dias** consecutivos em um mês, para participar, representando a categoria, em reuniões, Assembleias, Congressos, Encontros de Trabalhadores, desde que não venham em prejuízo de serviços essenciais da Empregadora e solicitado, por escrito, pela Entidade Sindical, com antecedência de **72 horas**.

Parágrafo Primeiro: Será assegurada a colocação de **quadro de avisos** sob a responsabilidade da Entidade sindical Profissional, no âmbito da Empregadora, para fixação de Editais, Avisos e Notícias Sindicais, vedada a publicação de



SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE DE JOINVILLE E REGIÃO

Filiado a UGT (União Geral dos Trabalhadores) e ao DIEESE (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos)

Fundado em 10 de Agosto de 1.977 - Reconhecido pelo Ministério do Trabalho e Emprego em 09 de Novembro de 1.978

JURISDIÇÃO: Joinville, Jaraguá do Sul, São Francisco do Sul, Araquari, Balneário Barra do Sul, Corupá, Garuva, Guaramirim, Itapóá, Massaranduba e Schroeder.

SEDE: Rua Chul, 30 - centro - Fone/Fax (47) 3433-0388 / 3028-0388/9964-3888 - E-mail: sindsaudejoi@terra.com.br - Site: www.sindicatosaudejoi.org.br

Inscrito no CNPJ sob o nº 83.628.628/0001-63 - Caixa Postal 897 - CEP 89201-240 - Joinville - SC

SUBSEDE: R. João Marcatto, 13 - Sl. 103 - 1ª and. - centro - CEP 89.251-670 - Jaraguá do Sul - Fone/Fax: (47) 3371-0119 e 9186-7506 - E-mail: sindsaudejaragua@terra.com.br

qualquer matéria ofensiva ao Empregador ou prejudicial as boas relações de trabalho, com o visto da Direção da Empregadora.

Parágrafo Segundo: As Empregadoras se propõem a colaborar na **Sindicalização** de seus empregados, inclusive quando da admissão dos mesmos.

Parágrafo Terceiro: As Empregadoras **descontarão** em folha de pagamento de **salários** e do Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho dos seus Empregados, desde que autorizadas pelos mesmos, todas as **importâncias devidas ao Sindicato Profissional**, quando por este notificadas, fazendo o recolhimento, **até o dia 10 do mês** subsequente ao do desconto, através de "**Boletos Bancários**", a serem fornecidos pela Entidade, conforme instruções constantes dos mesmos e

disponíveis no Site do Sindicato www.sindicatosaudejoi.org.br, sob as penas do contido no Parágrafo Único do artigo 545 da CLT, figurando as empregadoras como meras intermediárias.

Parágrafo Quarto: Antes de encaminhar qualquer **reclamatória trabalhista** à Justiça do Trabalho, o Sindicato Profissional, procurará resolver de forma harmoniosa, diretamente com as respectivas Empregadoras, as questões trabalhistas apresentadas por seus empregados à Entidade.

Parágrafo Quinto: O empregado não associado do Sindicato pagará, a título de "**taxa assistência/TRCT**" à respectiva Entidade de Classe, desde que de pleno acordo, o equivalente a **2%** do valor líquido da Rescisão do Contrato de Trabalho quando da homologação da mesma.

CLÁUSULA 22 - DAS PENALIDADES

Pelo descumprimento de qualquer das Cláusulas desta Convenção, fica estabelecida uma penalidade, equivalente a **5%** do respectivo Salário Normativo, por infração, em prol da parte prejudicada.

E por estarem justos e acertados, firmam a presente Convenção Coletiva de Trabalho em 02 vias de igual teor, a serem submetidas para registro, junto a Superintendência Regional do Ministério do Trabalho e Emprego em Santa Catarina.

Joinville, 11 de maio de 2.018.


SENHOR LORIVAL PISETTA

PRESIDENTE DO SINDICATO DOS
EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS DE
SERVIÇOS DE SAÚDE DE JOINVILLE E
REGIÃO.


DOUTOR EDUARDO COMELI GOULART

PRESIDENTE DO SINDICATO DOS
LABORÁTORIOS DE ANÁLISES CLÍNICAS,
PATOLOGIA CLÍNICA E ANATOMO-
CITOPATOLOGIA NO ESTADO DE SC.

SDT/JOI
46304.001409/2018-67
12 / 06 / 2018

AO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

REQUERIMENTO DE REGISTRO DE CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO

Lucelena de Souza Anjos
 Gerente Regional do Trabalho
 e Emprego em Joinville
 Chefe do Setor de Relações do Trabalho
 Matrícula 1049700

Nº DA SOLICITAÇÃO: MR024821/2018

SINDICATO DOS EMP EM ESTAB DE SERV DE SAUDE DE JVILLE, CNPJ n. 83.628.628/0001-63, localizado(a) à Travessa Chuí, 30, casa, Centro, Joinville/SC, CEP 89201-240, representado(a), neste ato, por seu Presidente, Sr(a). LORIVAL PISETTA, CPF n. 153.783.579-34, conforme deliberação da (s) Assembléia (s) da Categoria, realizada (s) em 27/09/2017 no município de Joinville/SC;

E

SIND DOS LABORATORIOS DE ANALISES CLINICAS PATOLOGIA CLINICA E ANATOMO-CITOPATOLOGIA NO EST DE SC, CNPJ n. 02.622.858/0001-13, localizado(a) à Avenida Almirante Tamandaré - até Rua 500, 94, sala 805, Coqueiros, Florianópolis/SC, CEP 88080-160, representado (a), neste ato, por seu Presidente, Sr(a). EDUARDO COMELI GOULART, CPF n. 889.177.629-72, conforme deliberação da (s) Assembléia (s) da Categoria, realizada (s) em 21/11/2017 no município de Joinville/SC;

nos termos do disposto na Consolidação das Leis do Trabalho e na Instrução Normativa nº 16, de 2013, da Secretaria de Relações do Trabalho, reconhecem como válido e requerem o REGISTRO DA CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO transmitida ao Ministério do Trabalho e Emprego, por meio do sistema MEDIADOR, sob o número MR024821/2018, na data de 22/05/2018, às 17:50.

_____, 24 de maio de 2018.


 LORIVAL PISETTA
 Presidente

SINDICATO DOS EMP EM ESTAB DE SERV DE SAUDE DE JVILLE


 EDUARDO COMELI GOULART
 Presidente

SIND DOS LABORATORIOS DE ANALISES CLINICAS PATOLOGIA CLINICA E ANATOMO-CITOPATOLOGIA NO EST DE SC